

CARTA AO POVO BRASILEIRO

**Contra a desestabilização política do governo e contra a corrupção:
Por mudanças na política econômica, pela prioridade nos direitos sociais
e por reformas políticas democráticas!**



A sociedade brasileira mudou e, na Constituinte de 1988, decidiu por mudanças. Constituiu novos poderes e elegeu novos governantes, para promover processos de transformação social. Criou novas estruturas, combateu velhas instituições e gerou novos mecanismos para fazer valer os direitos de todas e cada uma das pessoas a uma vida digna.

Com a força desta história recente, mas vigorosa, de fortalecimento e radicalização da democracia em nosso país que nós, representantes das organizações populares, das organizações não governamentais, do movimento sindical, dos movimentos sociais e personalidades, convocamos toda a sociedade brasileira, cada cidadão e cada cidadã, para uma grande e contínua mobilização que torne possível enfrentar a crise política e fazer prevalecer os princípios democráticos.

Nas últimas eleições, com a esperança de realizar mudanças na política neoliberal que vinha sendo praticada desde 1990, o povo brasileiro elegeu o Presidente Lula. Até este momento, avaliamos que pouca coisa mudou e presenciamos um mandato cheio de contradições. De um lado, o governo seguiu com uma política econômica neoliberal, resultado de suas alianças conservadoras. De outro, adotou um discurso da prioridade social e uma política externa soberana e de aliança com as nações em desenvolvimento. A eleição do Lula reacendeu as esperanças na América Latina, e influenciou de forma positiva em alguns conflitos políticos na região.

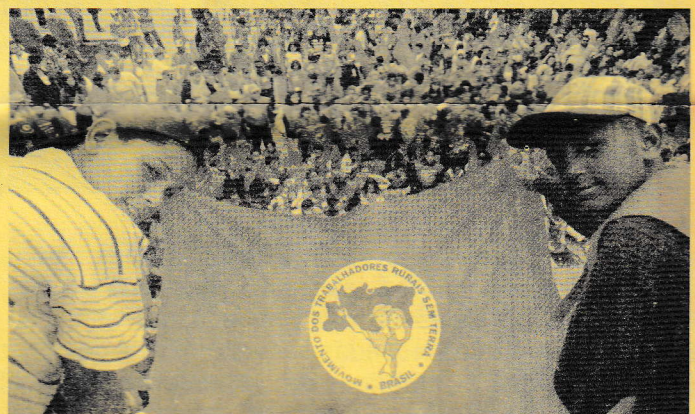


De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação uma campanha para desmoralizar o governo e o Presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, atendendo aos interesses do capital internacional.

Preocupados com o processo democrático e também com as denúncias de corrupção que deixaram o povo perplexo, vimos à público dizer que somos contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos.

Exigimos completa e rigorosa investigação das denúncias de corrupção, feitas ao Congresso Nacional e à imprensa, e punição dos responsáveis. Sabemos que a corrupção tem sido, lamentavelmente, o método tradicional usado pelas elites para governarem o país.

Exigimos também a investigação das denúncias de corrupção, por ocasião da votação da emenda constitucional que aprovou a reeleição e dos processos de privatização das estatais ocorridas no governo de Fernando Henrique Cardoso.



Trata-se portanto, de fundamentar a vida política em princípios éticos como a separação entre interesses privados e interesses públicos, de transparência nos processos decisórios e a promoção da justiça social.

Diante da atual crise, o governo Lula terá a opção de retomar o projeto pelo qual foi eleito, e que mobilizou a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. Projeto este que tem como base à transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm.

Por isso, vimos a público defender, e propor ao governo Lula, ao Congresso Nacional e a sociedade civil, as seguintes medidas:

1- Realizar e apoiar uma ampla investigação de todas as denúncias de corrupção que estão sendo analisadas no Congresso Nacional e punir os responsáveis

2- Excluir do governo federal setores conservadores que querem apenas manter privilégios, afastar autoridades sobre as quais paira qualquer suspeição e recompor sua base de apoio, reconstruindo uma nova maioria política e social em torno de uma plataforma anti-neoliberal.

3- Realizar mudanças na política econômica no sentido de priorizar as necessidades do povo e construir um novo modelo de desenvolvimento. A sociedade não suporta mais tamanhas taxas de juros, as mais altas do mundo, sob o pretexto de combater a inflação. A sociedade não sustenta a manutenção de um superávit primário, que apenas engorda os bancos. Os recursos públicos têm de ser investidos, prioritariamente, na garantia dos direitos constitucionais, entre eles, emprego, salário-mínimo digno, saúde, educação, moradia, reforma agrária, meio ambiente, demarcação das terras indígenas e quilombolas.

4- Realizar, a partir do debate com a sociedade, uma ampla reforma política democrática. Uma reforma que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos políticos e aos processos



decisórios. Por isso, somos favoráveis à fidelidade partidária, ao financiamento público exclusivo das campanhas, à exclusão das cláusulas de barreira, e à apresentação de candidaturas em listas fechadas com alternância de gênero e etnia, obedecendo critérios de representação política pluriétnica e multiracial. Queremos também a imediata regulamentação dos processos de democracia direta, que implica o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela CNBB e a OAB ao Congresso Nacional.

5- Fortalecer os espaços de participação social na administração pública e criar novos espaços nas empresas estatais e de economia mista, viabilizando o controle social e real compartilhamento do poder.

6- Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania e da participação e da educação popular, como por exemplo os comitês pela ética na política, conselhos de controle social, escolas de formação política.

7- Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização, inclusive através do fortalecimento das redes públicas e comunitárias.

Neste momento de mobilização, conclamamos as forças democráticas e populares a se mobilizarem para



realizar manifestações de rua e protestos, e trabalhar para promover as verdadeiras mudanças que o país e o povo precisa. Brasília, 21 de junho de 2005. Atenciosamente,

CUT - Central Única dos Trabalhadores, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, CMP - Coordenação dos Movimentos Populares, UNE - União Nacional de Estudantes, ABI - Associação Brasileira de Imprensa, ABONG - Associação Brasileira de ONG, INESC - Instituto de Estudos SocioEconômicos, CNBB/PS - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Pastoraes Sociais, P.O Nacional - Pastoral Operária Nacional, Grito dos Excluídos, Marcha Mundial de Mulheres, UBM - União Brasileira de Mulheres, UBES - União Brasileira de Estudantes Secundários, CONEN Coordenação Nacional de Entidades Negras, JOC - Juventude Operária Cristã, MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados, MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino, CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, Federação Nacional dos Advogados, CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores, UNMP - Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida, CEBRAPAZ - ABRAÇO Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, CIMI - Conselho Indigenista Missionário, CPT - Comissão Pastoral da Terra, FENAC - Federação Nacional das Associações, AMB - Articulação de mulheres brasileiras, CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, MSU - Movimento dos Sem Universidade, CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, ANPG - Associação Nacional dos Pós Graduandos, CSC - Corrente Sindical Classista, MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Federação Nacional dos Economistas, Sindicato dos economistas do DF, Conselho Nacional de Iyalorixás e Ekedes Negras, CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz, Campanha Jubileu Brasil contra as dívidas e contra a Alca.

